

Os jornalistas na revolução portuguesa (1974-1975)

Pedro Marques GOMES¹

Resumo:

O processo revolucionário que se seguiu ao derrube da ditadura, a 25 de Abril de 1974, alterou radicalmente os *media* e o jornalismo em Portugal. Neste artigo, procuramos analisar a evolução da situação laboral dos jornalistas e das práticas jornalísticas entre 1974 e 1975, tentando traçar o retrato do jornalista português da época. Verificamos a emergência de um tipo de jornalismo “revolucionário” ou “militante”, num período de intensos combates políticos pela definição do tipo de regime a implementar no país. Em paralelo, são várias as conquistas em termos de direitos e condições laborais, resultado das lutas e reivindicações dos trabalhadores das empresas jornalísticas.

Palavras-chave:

Jornalistas. Revolução. Lutas políticas. Condições laborais. Portugal.

The journalists in the Portuguese revolution (1974-1975)

Abstract:

The revolutionary process that followed the dictatorship's fall, on the 25th of April 1974, radically altered the media and journalism in Portugal. In this article, we seek to analyze the evolution of the journalists' employment situations and the journalistic activities between 1974 and 1975, in an attempt to portray the Portuguese journalist at the time. We observe that a “revolutionary” or “militant” type of journalism emerges, in a period of intense fights for the definition of the type of political system to be implemented in the country. At the same time, several achievements are made in terms of employment rights and conditions, as a result of the fights and claims from workers of the journalistic companies.

Keywords:

Journalists. Revolution. Political battles. Working conditions. Portugal.

115

Los periodistas en la revolución portuguesa (1974-1975)

Resumen:

El proceso revolucionario que siguió a la caída de la dictadura del 25 de abril de 1974, alteró radicalmente los medios de comunicación y el periodismo en Portugal. En este artículo se analiza la evolución de la situación laboral de los periodistas y de las prácticas periodísticas entre 1974 y 1975, tratando de hacer el retrato del periodista portugués de la época. Verificamos la emergencia de un tipo de periodismo “revolucionario” o “militante”, en un periodo de intensos combates políticos por la definición del tipo de régimen implementado en el país. En paralelo, son varias las conquistas en términos de derechos y condiciones laborales, el resultado de las luchas y reivindicaciones de los trabajadores de las empresas periodísticas.

Palabras clave:

Periodistas. Revolución. Luchas políticas. Condiciones laborales. Portugal.

Introdução

Após mais de quatro décadas de ditadura, sob um apertado regime de censura, os jornalistas portugueses vão viver, entre 1974 e 1975, um período em que a ideologia e a política dominam o espaço público, acontecimentos multiplicam-se a toda a hora, são

¹ Doutor em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, investigador integrado do Instituto de História Contemporânea e Professor na Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. *E-mail:* pedromarquesgomes@gmail.com.

tomadas posições, por parte de decisores político-militares, sobre praticamente todos os episódios que ocorrem, muitos deles contraditórios e difíceis de confirmar, e em que se verifica uma onda de boatos praticamente impossível de acompanhar.

Com o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, a liberdade de expressão e de pensamento é finalmente consagrada em Portugal. Estava, aliás, prevista no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA), que derruba a ditadura. Os jornalistas teriam, a partir de então, de aprender a exercer a profissão num novo contexto: o de uma revolução. Estava em causa a definição do tipo de regime a implementar em Portugal e os *media* afiguravam-se como uma peça determinante para as forças político-militares revelarem as suas posições à opinião pública.

A partir de então assiste-se a inúmeras e duras lutas pelo controlo das empresas jornalísticas e, em concreto, pela orientação dos órgãos de comunicação social. Políticos, militares, mas também jornalistas e outros trabalhadores do setor da Informação envolveram-se, participaram e foram atores desses combates. Paralelamente, a sua situação profissional também se altera, acompanhando a tendência desse período de reivindicação de direitos e de melhores condições laborais (MESQUITA, 1994; CÁDIMA, 2001; FIGUEIRA, 2007; LIMA, 2008; SILVEIRA, 2011; GOMES, 2018).

Neste artigo, analisamos a evolução da situação profissional dos jornalistas durante a revolução portuguesa (1974-1975). Procura-se igualmente compreender aquelas que foram as principais características e tendências do jornalismo então praticado e dos jornalistas que transitam da ditadura para um processo revolucionário em que as várias forças em presença se digladiaram por projetos políticos distintos para o país.

Recorremos à metodologia historiográfica, de análise, interpretação e confronto de fontes diversificadas - como documentação do arquivo do Sindicato dos Jornalistas, bibliografia diversa, testemunhos de jornalistas, materiais de imprensa e legislação - tendo sempre em consideração o contexto histórico da época. Pretende-se ir, portanto, além da análise dos discursos jornalísticos produzidos, procurando obter uma visão mais abrangente da profissão de jornalista. No fundo, como sustenta Marialva Barbosa,

não se trata apenas de dizer que os *media* podem determinar como pensar ou sobre o que pensar, mas por que isso acontece num espaço social considerado, com determinadas especificidades, que difere fundamentalmente do que ocorre em outro espaço (BARBOSA, 2005, p. 52).



Os jornalistas no final da ditadura

Até 25 de Abril de 1974, data em que é derrubada a ditadura em Portugal, vivia-se num regime de censura, que entretanto havia passado a chamar-se exame prévio, depois de defraudadas as expectativas que a chegada ao poder de Marcello Caetano (1968), substituindo Salazar, trouxera em termos de possíveis avanços no sentido de uma efetiva liberdade de Imprensa.

O jornalismo político de então estava, em grande parte, limitado a “tarefas burocráticas”, não havendo grande margem para tornar as notícias apelativas ou criativas. As redações estavam “confiadas ao trabalho de corte e cola dos telexes do SNI [Secretariado Nacional de Informação] e da Arcada, à transcrição obrigatória das notas officiosas e dos discursos proferidos em atos oficiais” (BAPTISTA, 2012, p. 342). Realidade que, todavia, vai sofrendo algumas alterações entre os finais dos anos 1960 e início da década de 1970, especialmente em periódicos como o *Diário de Lisboa* e o *República*, que tentaram fazer a contestação possível ao regime.

Durante o Marcelismo² a situação profissional dos jornalistas conhece consideráveis alterações, resultado, em grande parte, da ação do seu Sindicato. Os Contratos Coletivos de Trabalho (CCT) introduzem benefícios claros, “ao nível das remunerações” e “das condições de trabalho nas redações”, o que é acompanhado “por uma crescente exigência das habilitações literárias”. Outra alteração fundamental pretende-se com a dignificação do estatuto do jornalista, que “adquire um maior prestígio social, também pelas tomadas de posição pública acerca da liberdade de Imprensa e pela escolha das suas direções sindicais” (CABRERA, 2006, p. 159).

Os dados recolhidos por Ana Cabrera no arquivo do Sindicato dos Jornalistas dão conta de um grande aumento do número de jornalistas a partir de 1969 e conseqüentemente das redações dos jornais, de uma considerável diminuição da média de idades (de 54 anos em 1960 para 47 anos em 1973), de mais mulheres nas redações, embora continuem em número muito reduzido (de 7 em 1970 para 16 em 1973) e, finalmente, de um crescimento dos salários dos trabalhadores sempre superior ao dos valores da inflação, com todos os periódicos a seguirem uma tabela remuneratória superior ao salário mínimo estabelecido nos Contratos Coletivos de Trabalho (CABRERA, 2006, p. 161-187).

² Período em que Marcello Caetano assume a Presidência do Conselho (1968-1974), em substituição de Oliveira Salazar.



Nas redações são claros os reflexos dessa renovação no campo jornalístico. Verifica-se, no essencial, duas tendências que não são imunes a alguma tensão, dadas as diferentes visões sobre a prática do jornalismo e, como não poderia deixar de ser, os posicionamentos ideológicos distintos. Por um lado, encontramos a “velha tradição jornalística, cuja continuidade era assegurada pela permanência dos redatores mais antigos e pela ausência de modalidades de formação profissional alternativas à tarimba”; por outro, há “uma nova geração de repórteres licenciados ou com frequência universitária” com “uma inclinação política de esquerda forjada nas lutas académicas ou no progressismo católico” (BAPTISTA, 2012, p. 213).

A questão do recrutamento e acesso à profissão de jornalista sofreu também mudanças. “Até meados dos anos 60” decorria essencialmente de “conhecimentos pessoais” (BAPTISTA; CORREIA, 2007, p. 309), de contactos entre jornalistas e diretores. A partir de 1971, resultado da aprovação do novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), é criada uma Comissão de Avaliação, que incluía jornalistas nomeados pelo Sindicato dos Jornalistas (SJ), pelo Grémio e pela Corporação da Imprensa e Artes Gráficas. A admissão de jornalistas passa a ser avaliada por essa Comissão, integrando “um questionário de cultura geral, incluindo especialmente temas da atualidade, e a realização de uma reportagem no exterior” (CCT, 1971, p. 5 *apud* SOBREIRA, 2003, p. 80). Os “diplomados por cursos oficiais de jornalismo” não necessitavam de seguir esse procedimento (SOBREIRA, 2003, p. 80). O ensino do jornalismo começa também a ser objeto de debate, ensaiando-se algumas experiências nesse domínio (BAPTISTA; CORREIA, 2007).

Porém, apesar das mudanças que foram ocorrendo, todos os condicionamentos colocados à comunicação social durante a ditadura tiveram, além de óbvias repercussões no modo de praticar jornalismo, também consequências na evolução e afirmação dos jornalistas. Como nota José Luís Garcia:

As décadas de imobilidade originadas pela ausência de vida política democrática durante a ditadura, apesar de não ser destituída de sentido a referência ao início de trajetos de profissionalização que acompanhou o incipiente espaço político aberto na década anterior à queda daquela, negaram o ambiente propício à vitalidade de um grupo profissional que exige a liberdade de expressão e a dinâmica do espaço político para verdadeiramente se afirmar e se ligar a uma consciência democrática (GARCIA, 2009, p. 35).

Os jornalistas na revolução

Ainda que a escassez de dados oficiais dificulte um trabalho de sistematização como este que propomos acerca da situação profissional do jornalista na revolução e das suas características, algumas informações recolhidas permitem-nos observar tendências e traçar um retrato que julgamos aproximado.

De acordo com Mário Mesquita, “a 25 de Abril o estado moral da profissão não era o mais desejável”. Era óbvia a falta de preparação para exercer jornalismo em liberdade e num período tão “quente” como o revolucionário, de transição para uma nova ordem ainda indefinida. Assim, as contradições e movimentações da época tiveram eco também na classe dos jornalistas, existindo, inclusivamente, “quem mudasse, de um dia para o outro, de reacionário para progressista”. É certo que houve quem “resistisse às pressões e se batesse pela dignificação profissional”, mas, olhando para o conjunto da situação, observa Mesquita, “talvez se tenha, afinal, pedido aos jornalistas mais do que poderiam dar” (MESQUITA, 1988, p. 94, 96).

Depois de anos de contenção na escrita, as redações conhecem uma “explosão” de ideologias e a possibilidade de envolvimento ativo na política (com reflexos praticamente imediatos) foi aproveitada por muitos jornalistas e outros profissionais da área da Informação. Só mais tarde, passados os meses de revolução, é que seria possível a profissão “alargar-se a novas camadas sociais, procurar novos públicos, reconstituir-se como conjunto profissional, estabelecer o seu compromisso moral, tentar afirmar a sua jurisdição, acompanhando e estimulando a formação de um universo da informação” (GARCIA, 2009, p. 35).

Durante o período revolucionário as redações vão admitindo jornalistas, mas “os critérios partidários sobrepuseram-se a qualquer referência de outro tipo”. As qualidades profissionais ficaram em segundo plano relativamente à “militância política”, verificando-se ainda a entrada de jornalistas vindos das antigas colónias africanas, “que terão sido, no seu conjunto, um contrapeso à esquerdização resultante dos recrutamentos” referidos (MESQUITA, 1994, p. 364). Ficaram célebres episódios que envolveram confrontos entre trabalhadores, com claras implicações políticas, de que são exemplos os casos dos jornais *República* (MESQUITA, 1987) e *Diário de Notícias* (GOMES, 2014) e da Rádio Renascença (RIBEIRO, 2002).

Efetivamente, são vários os jornalistas que dão conta da militância política da classe e do cruzamento entre os dois campos (jornalístico e político), então muito vincado. Joaquim Vieira, que iniciara o seu percurso jornalístico precisamente em 1975,

na televisão pública (RTP), recorda:

Os responsáveis editoriais eram, quase sempre, homens de mão dos governos. Por outro lado, os jornalistas, ou eram independentes ou adaptavam-se, ou eram militantes de uma linha política. Eu também puxava a brasa à minha sardinha. Só mais tarde, depois da normalização democrática, é que começo a apreender mais os valores da independência jornalística (VIEIRA *apud* REBELO, 2011, p. 449).

Santos Jorge, subchefe de redação do *Diário de Notícias*, lembra que, após o 25 de Abril, acabou por ver a sua função direcionada para trabalho secundário, longe dos grandes assuntos políticos, consequência de estratégias político-partidárias:

Todos pensavam que eu era comunista. A maioria da redação era da situação. Eu conversava à vontade na tipografia e em todo o jornal, sobretudo acerca da guerra colonial, e convenceram-se de que eu era comunista. Quando chegaram os socialistas, mostrei-lhes tudo e disse-lhes o que precisavam de saber. Os comunistas não gostaram. Depois veio o Saramago, com o seu staff – os outros também haviam levado –, e eu fiquei subchefe de coisas só do dia-a-dia, como já aconteceram com os socialistas, embora quase todos fossem meus amigos (JORGE *apud* REBELO, 2011, p. 534-535).

José Jorge Letria, que transita do *República* para o *Diário de Notícias* em 1975, é bastante mais claro, confirmando que recebera orientações partidárias – no caso, do Partido Comunista Português (PCP) – no sentido de se deslocar para outro jornal:

O partido deu-nos uma orientação para sairmos dali [do *República*] e irmos reforçar posições que precisavam de ser reforçadas. Houve jornalistas que foram para o *Diário de Notícias*, outros foram para a ANOP, que também precisava de ser reforçada, e um ou dois foram para a RTP. Portanto, eu desde que tive essa orientação tive uma orientação também para ir falar com o Luís de Barros³.

Refira-se que é no período do pós *11 de Março*⁴ que, segundo o relatório do Conselho de Imprensa, “se acentua a influência e a manipulação partidária na imprensa, designadamente por elementos afetos ao Partido Comunista Português e a organizações de extrema-esquerda” (RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPRENSA, 1979, p. 43). À época no *República*, Diogo Pires Aurélio lembra que, no “jornalismo daquela altura”, a “discussão era política a 100%”, pois “não havia prúidos da mais independência

³ Entrevista concedida por José Jorge Letria ao autor, Lisboa, 17 de maio de 2011.

⁴ Período que se caracteriza por um crescente protagonismo do Partido Comunista Português e do setor militar próximo do Primeiro-ministro Vasco Gonçalves, em que é criado o Conselho da Revolução, que se assume como o motor da revolução, e são tomadas as principais medidas revolucionárias, de que é exemplo a nacionalização da banca e seguros. Com esta medida, indiretamente, grande parte dos jornais passa a estar sob domínio do Estado, uma vez que pertenciam a vários bancos. Sobre esse período, cf. Rezola, 2006.

profissional”. O jornalismo, acrescenta, “assumia-se como revolucionário”⁵. Artur Portela Filho, fundador do *Jornal Novo*, que nasce em 1975, tem uma opinião semelhante, afirmando que o jornalista era, então, “um profissional politicamente empenhado”. “Não vivíamos a questão do rigor e da isenção como um decálogo. Mas eu acho que éramos honestos, sinceros, empenhados, verdadeiros”, sustenta (PORTELA FILHO *apud* FIGUEIRA, 2007, p. 208-209).

O ritmo da revolução acelerava de forma impressionante. Conflitos político-militares, manifestações, greves, ocupações, avanços e recuos de legislação sucedem a todo o momento. A matéria jornalística abundava, o que constituía também uma enorme desafio para os jornalistas, além de acarretar óbvias responsabilidades. “Pela primeira vez as redações viram-se confrontadas com a necessidade de cobrir uma cadência constante informativa, por oposição ao marasmo vivido anteriormente” (LIMA, 2008, p. 144). Como resultado, “os jornais espelharam nas suas páginas o clima de sobressalto que se apoderou do país”, refere Helena Lima (2008, p. 144).

Maria João Avillez, redatora do *Expresso*, conta: “Passava os dias nos quartéis ou no Conselho da Revolução, que era sobretudo para onde o dr. Balsemão me mandava. Era preciso estar em todo o lado ao mesmo tempo e nós estávamos” (AVILLEZ, 2016, p. 269). No mesmo sentido, José Carlos de Vasconcelos (*Diário de Notícias e O Jornal*) lembra que “era a altura dos homens sem sono. A gente fechava o jornal lá para as três, quatro da manhã... Uma notícia que estava certa à uma, às duas já não estava”⁶.

Outro jornalista, Dinis de Abreu, então no *Diário Popular*, reforça o que são, genericamente, as recordações dos seus colegas, afirmando que, no fundo, as redações não eram mais do que um espelho do que se vivia no país:

O ambiente revolucionário transbordara para as redações, que respiravam o dia-a-dia, entre notícias contraditórias de golpes e de contragolpes, de quartéis em armas, de aviões nos céus de Lisboa, de comandos sublevados, de forças populares nas ruas, sem rei nem roque. Passei muitas horas agarrado aos telefones em contactos, a esclarecer boatos que desaguavam, a todo o momento, na redação (ABREU, 2016, p. 276).

O resultado do ritmo frenético e “apaixonado” de trabalho dos jornalistas estava longe de ser o mais útil aos leitores naquele momento e que é, no fundo, a missão de um jornal: informar. Muitas vezes, não era clara a distinção entre artigos opinativos e

⁵ Entrevista concedida por Diogo Pires Aurélio ao autor, Lisboa, 10 de julho de 2017.

⁶ Entrevista concedida por José Carlos de Vasconcelos ao autor, Lisboa, 9 de fevereiro de 2012.

informativos. Acresce a dificuldade em interpretar textos pouco claros, bastante adjetivados e em que os *leads* não respondiam às questões fundamentais.

O facto de não existir um código deontológico da profissão poderá, eventualmente, explicar algumas práticas dos jornalistas que estavam longe dos princípios genéricos que norteiam o desempenho da profissão. Todavia, parece-nos que o fator determinante terão sido as circunstâncias revolucionárias, propícias a alguns excessos. De qualquer forma, o debate em torno da criação de um código deontológico já vinha de 1973, quando o Sindicato de Jornalistas nomeou uma Comissão para elaborar um projeto nesse sentido. Este acabará por ser chumbado pela Assembleia Geral do Sindicato, que considerou fundamental para a sua aprovação a eliminação dos mecanismos de Censura. Apesar de a Lei de Imprensa de 1975 determinar a elaboração de um código deontológico no prazo de 90 dias, este só verá a luz do dia depois do processo revolucionário, em setembro de 1976 (PINA, 1997, p. 44-54).

Relativamente ao retrato dos jornalistas entre 1974 e 1975, encontramos, na bibliografia existente, números com algumas variações, embora tal não altere substancialmente a visão geral que aqui pretendemos apresentar e que tem que ver, no fundo, com o aumento dos postos de trabalho nos órgãos de comunicação social. As razões para esse acréscimo são diversas:

Quer pela criação de novas publicações e implantação no país de agências até então interditas, que num ou noutro caso empregam jornalistas de nacionalidade portuguesa, quer para acorrer a novas necessidades, tanto na imprensa como na rádio e na televisão, de uma informação finalmente liberta do espartilho da censura fascista (FRANÇA; MARQUES, 1982, p. 241).

Esse crescimento traduz-se da seguinte forma:

Tabela 1 – Evolução do número de jornalistas em Portugal (1974-1975)

Ano	1974 (Jan)	1974 (Dez)	1975 (Dez.)
Nº jornalistas sindicalizados	750	786	872
Nº de mulheres jornalistas	41	45	58

Fonte: Listagens de novos associados do Arquivo do Sindicato dos Jornalistas. Dados de janeiro de 1974 (FRANÇA; MARQUES, 1982, p. 240).

Efetivamente, através da Tabela 1 é possível verificar que entre 1974 e 1975 assiste-se a um aumento acentuado do número de jornalistas sindicalizados (36 ao longo de 1974 e 86 em 1975), bem como de mulheres na redação em 1975 por comparação

com o ano anterior (mais 13 do que no final de 1974). Todavia, a presença feminina era ainda muitíssimo tímida, essencialmente porque o jornalismo era visto como uma profissão de homens, sendo dificultada a entrada de mulheres, sobretudo para fazer trabalho de repórter ou de redação em temas como política ou economia, por exemplo (muitas vezes eram colocadas na Agenda ou a redigir as páginas femininas). Ainda que não possamos generalizar esses dados ao universo total de profissionais (muitos não eram sindicalizados), conseguimos obter, pelo menos, uma visão (a possível) acerca da evolução dos jornalistas nesses dois anos.

A partir de 1965 passou a ser exigido o curso geral dos liceus como habilitação mínima para o exercício da profissão. No que respeita às habilitações literárias, o panorama entre 1974 e 1975 era, pois, o seguinte:

Tabela 2 – Habilitações literárias dos jornalistas (1973 e 1975)

Nº de jornalistas por habilitações literárias	1973	1975
Instrução primária	35 (5%)	35 (4%)
1º Ciclo	51 (8%)	60 (7%)
2º Ciclo	160 (25%)	190 (23%)
3º Ciclo	160 (24%)	220 (26%)
Frequência universitária	141 (21%)	185 (22%)
Licenciatura	115 (17%)	150 (18%)

Fonte: Mesquita (1994, p. 402-403).

De acordo com a Tabela 2, é possível concluir que houve, de facto, um aumento de jornalistas com mais habilitações literárias, mantendo-se o 2º e 3º ciclos como os níveis de escolaridade predominante entre jornalistas. Quanto à média de idades, essa passa de 45 anos, em 1974, para 40, no ano seguinte. A maioria dos jornalistas trabalhava em órgãos de comunicação social com sede em Lisboa, de acordo com os estudos já citados.

O resultado dos recrutamentos de jornalistas no Processo Revolucionário em Curso (PREC) acaba por se traduzir num jornalismo predominantemente militante (muitos jornalistas militavam em partidos políticos, alguns deles seriam, inclusivamente, eleitos deputados à Assembleia Constituinte em 1975, as primeiras eleições livres em Portugal) ou que toma partido político-ideológico, nomeadamente misturando opinião com informação e destacando ou ignorando certos acontecimentos.

Envolvidos nas lutas políticas, assumindo e defendendo projetos políticos, os jornalistas têm um papel de destaque em muitos dos acontecimentos que ocorrem entre 1974 e 1975. Era o *modus operandi* de uma época em que a defesa de certos princípios ou ideias que nada tinham que ver com a profissão – mas sim, predominantemente, com o “combate político” – se sobrepunham, muitas vezes, aos do jornalismo. A forma de admissão e as movimentações de jornalistas são disso ilustrativas, embora, evidentemente, tenham havido exceções a essa tendência de militância política.

A situação profissional dos jornalistas

A situação profissional dos jornalistas após o 25 de Abril reflete os avanços do Contrato Coletivo de Trabalho, que começa a ser trabalhado em 1973 (revisão do CCT de 1971), é assinado a 17 de abril de 1974, e homologado apenas em novembro desse ano⁷. As conquistas alcançadas relativamente ao Contrato de 1971 são evidentes e substanciais, como podemos constatar na Tabela 3, construída a partir de dados recolhidos no arquivo do Sindicato dos Jornalistas.

Tabela 3 – Contratos Coletivos de Trabalho 1971 e 1974 (jornais de grande expansão)

Contrato Coletivo de Trabalho	1971	1974
Chefe de Redação	9 700\$00	16 500\$00
Subchefe de Redação	8 400\$00	14 250\$00
Secretário de Redação	Sem informação	12 500\$00
Redator	6 300\$00	11 000\$00
Repórter	5 300\$00	9 500\$00
Repórter fotográfico	5 300\$00	10 000\$00
Estagiário 2º ano	4 000\$00	7 250\$00
Estagiário 1º ano	3 000\$00	5 500\$00
Período de Experiência	2 500\$00	4 500\$00

Fonte: Contratos Coletivos de Trabalho e revisões. Arquivo do Sindicato dos Jornalistas.

Acrescia ainda o direito a uma gratificação, no Natal, correspondente ao vencimento mínimo da categoria do trabalhador. Era, de facto, um sinal claro do crescente protagonismo que o Sindicato dos Jornalistas ocupava, do seu poder negocial e da preocupação em dignificar uma profissão, que continuava com salários baixos. Um

⁷ A Comissão encarregue de elaborar a proposta de alteração do CCT foi composta por António Sousa Franco (árbitro e presidente), José Carlos de Vasconcelos (árbitro designado pelo Sindicato dos Jornalistas) e Manuel Ribeiro Maurício (árbitro designado pelo Grémio). Cf. Boletim do Ministério do Trabalho, nº 45, 8 de dezembro de 1974.



número considerável de jornalistas mantinha uma situação de duplo emprego, exatamente para tentar contornar esse problema.

Em maio de 1974 uma vaga reivindicativa atinge a sociedade portuguesa. Formas de luta tradicionais vão ser utilizadas pelos trabalhadores para chegarem aos seus objetivos: reduções de produção, greves, concentrações, manifestações, etc. No total, ocorrem 149 conflitos só naquele mês, sendo que, curiosamente, “a greve com ocupação é inaugurada pelos jornalistas da Rádio Renascença e a ocupação com laboração pelos seus colegas do *Diário de Lisboa*” (PATRIARCA, 1999, p. 139).

As preocupações dos trabalhadores nesse mês centram-se nos aumentos de salários e de outros rendimentos, como subsídios ou complementos, diminuição da carga horária de trabalho, aumento do número de dias de férias, entre outras. Com o passar dos meses e com o evoluir dos acontecimentos e da própria revolução, os operários passam a reclamar, também, a defesa dos seus postos de trabalho, o pagamento de salários em atraso e o não encerramento das empresas. A exigência de saneamentos de trabalhadores acusados de colaboracionismo com a ditadura ou por outros motivos mantém-se constante ao longo do tempo (PATRIARCA, 1999, p. 139-145).

Na comunicação social, as reivindicações de aumentos salariais e de diminuição da carga horária de trabalho parecem ser as que mais se destacam entre 1974 e 1975, não se cingindo apenas aos jornalistas, mas a todos os trabalhadores dessas empresas. João Candeias, tipógrafo e membro da Comissão de Trabalhadores do *Diário de Notícias*, revela as conquistas laborais então atingidas, fruto do poder reivindicativo que os trabalhadores passaram a ter:

Eu cheguei a mandar mais do que o Presidente do Conselho de Administração, porque aquilo que nós decidíamos era praticamente irrecusável. Nós tivemos reuniões por causa dos ardinias. Os ardinias não queriam distribuir o jornal ao domingo. As nossas folgas eram feitas rotativamente e nós passámos a ter folgas fixas exatamente para que não ficássemos prejudicados⁸.

O director do mesmo periódico, Luís de Barros, confirma que, de facto, a “Comissão de Trabalhadores começa a atingir um poder porventura excessivo” e que “difícilmente se poderia combater”⁹. Na verdade, um pouco por todas as empresas nacionais, as Comissões de Trabalhadores assumem um papel determinante, fazendo tudo para que os objetivos da classe sejam alcançados. “Surgidas no calor da luta, em

⁸ Entrevista concedida por João Candeias ao autor, Lisboa, 3 de julho de 2012.

⁹ Entrevista concedida por Luís de Barros ao autor, Lisboa, 23 de abril de 2011.



processos de assembleias e apresentação de reivindicações”, as Comissões ganham um enorme protagonismo em áreas como a da comunicação social, em assuntos relacionados com condições laborais mas também em relação a praticamente todos os temas que envolvem as empresas, fazendo “parte do repertório tradicional das formas de luta da classe operária” durante a revolução (SUÁREZ, 2008, p. 47). No caso dos *media*, também os Conselhos de Redação assumem relevância, com poderes deliberativos e autónomos dos das direções.

Efetivamente, uma das primeiras medidas tomadas foi a não publicação de jornais ao domingo, a partir de 1 de junho, por imposição dos vendedores. De acordo com o relatório do Conselho de Imprensa relativo a 1975, a situação profissional dos jornalistas era a seguinte:

- 36 horas semanais de trabalho (6 horas diárias ou 5 horas diárias se for serviço seguido);
- Sistema de folgas variáveis;
- Salários compreendidos entre 7.000\$00 e 16.500\$00 (dependendo da categoria profissional; média: 12.338\$00);
- 25% adicional por prestação de trabalho noturno (RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPRENSA, 1979, p. 116-117).

Porém, naturalmente, são realizados alguns contratos com valores bastante superiores aos mínimos indicados. Uma vez que apenas conseguimos apurar valores salariais de três redações (a partir de dados entregues ao Sindicato dos Jornalistas), não é possível traçar um retrato exato dos níveis remuneratórios então em vigor. Todavia, através do quadro que construímos (Tabela 4), confrontamos os valores mínimos determinados na revisão de 1974 do Contrato Coletivo de Trabalho com os praticados no *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *A Capital*. Refira-se ainda que, em 1974, é criado o Salário Mínimo em Portugal, fixando-se em 3300\$00 (em 1975 passa a 4000\$00), segundo dados da Base de Dados Portugal Contemporâneo-PORDATA (S.d). Valores que, como podemos ver, ficam bastante abaixo dos praticados nos jornais.

Tabela 4 - Salários das redações do *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *A Capital*

Categorial prof./ Jornal	<i>Diário de Notícias</i>		<i>Diário Popular</i>		<i>A Capital</i>		Contrato Coletivo Trabalho
	1974 (31 Jan.)	1975 (31 Jan.)	1974 (28 Jan.)	1975 (29 Jan.)	1974 (sem inf.)	1975 (14 Jul.)	
Diretor	40 000\$00	35 000\$00	Sem inf.	Sem inf.	Sem inf	30 000\$00	Sem inf.

Diretor-Adjunto	Sem inf.	30 000\$00	Sem inf.	Sem inf.	Sem inf.	Sem inf.	Sem inf.
Secretário de Redação	22 000\$00	22 900\$00	Sem inf.	Sem inf.	Sem inf.	17 500\$00	12 500\$00
Chefe de Redação	31 615\$00	27 500\$00	20 700\$00	Sem inf.	Sem inf.	31 500\$00	16 500\$00
Subchefe de Redação	16 500\$00 a 19 000\$00	17 400\$00 a 21 675\$00	18 500\$00 a 19 500\$00	20 500\$00 a 21 250\$ 00	Sem inf.	19 950\$00 a 28 000\$00	14 250\$00
Redator	7 500\$00 a 16 630\$00	11 000\$00 a 18 000\$00	6 500\$00 a 17 500\$00	10 000\$00 a 19 250\$00	Sem inf.	9 500\$00 a 21 000\$00	11 000\$00
Repórter	5 300\$00 a 7 500\$00	10 400\$00 a 13 250\$00	5 300\$00 a 8 250\$00	7 000\$00 a 10 500\$00	Sem inf.	9 500\$00	9 500\$00
Estagiário 2º ano	6 500\$00	8 150\$00	6 000\$00 a 7 000\$00	7 250\$00 a 9 500\$00	Sem inf.	8 000\$00 a 10 000\$00	7 250\$00
Estagiário 1º ano/candidato	3 000\$00 a 3 250\$00	4 500\$00	7 000\$00	4 500\$00 a 5 500\$00	Sem inf.	8 000\$00	5 500\$00
Repórter Fotograf.	5 300\$00 a 9 815\$00	6 360\$00 a 13 900\$00	6 500\$00 a 8 600\$00	10 000\$00	Sem inf.	8 000\$00 a 14 000\$00	10 000\$00

Fonte: Tabelas de pessoal dos jornais (estatizados em 1975) e CCT. Arquivo do Sindicato dos Jornalistas.

No geral, como podemos aferir na Tabela 4, verifica-se um aumento dos salários nas várias categorias, com algumas exceções, como a do cargo de director do *Diário de Notícias*, cuja remuneração mensal reduz, de 1974 para 1975, 5 000\$00. No caso do chefe de redação, o valor diminui 4 115\$00. Comparando os valores apresentados nos mapas salariais dos jornais com o estabelecido, como mínimo, na atualização do Contrato Coletivo de Trabalho (novembro de 1974) para a imprensa de grande expansão, é possível concluir que, salvo algumas exceções, os salários aplicados são superiores aos estipulados no CCT. Apenas alguns redatores (*A Capital*), repórteres (*Diário Popular*), estagiários no 1º ano (*Diário de Notícias* e *Diário Popular*) e repórteres fotográficos (*Diário de Notícias* e *A Capital*) não recebem mensalmente os mínimos estabelecidos na lei.

Os relatórios de contas de praticamente todas as empresas jornalísticas, relativos a 1974, atestam aumentos salariais em vários jornais: o *Jornal do Comércio* destaca um “acréscimo de mais de 60% dos gastos com pessoal” (RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPRENSA, 1979, p. 253); *A Capital* não deixa de mencionar os “reflexos de altas salariais a responderem a reivindicações que na quase totalidade dos casos foram atendidas em base que se considerou justa” (RELATÓRIO DO CONSELHO DE



IMPrensa, 1979, p. 291) e que vêm contribuir para prejuízos da empresa em 1975; o *Diário Popular* fala num acréscimo de remunerações na “ordem dos 44%” (RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPrensa, 1979, p. 303). *O Século*, por outro lado, revela ter começado a aplicar medidas de contenção como o controlo da “prática escandalosa de horas extraordinárias – cujo pagamento representou 10 800 contos em 1974” (RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPrensa, 1979, p. 239).

Ao longo de 1975 ocorrem negociações para alterar, igualmente, aspetos relacionados com a situação laboral de profissionais como administrativos e revisores da Imprensa, que reclamam a elaboração de um novo Contrato Coletivo de Trabalho, com, por exemplo, aumentos salariais (TRABALHADORES..., 1975, p. 1). Também o diploma que revê o regime legal dos despedimentos motiva uma forte reação dos jornalistas, que o consideram uma “lei social-fascista”. Em causa, artigos como o que determina que se o trabalhador “mostrar não estar em condições de poder permanecer no seu posto de trabalho, ou se, por circunstâncias objetivas, a manutenção da relação de trabalho for incompatível com os interesses globais da economia” (PORTUGAL, 1975a, não paginado). Perante o diploma, a Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas denuncia “o seu carácter antipopular e contrário a todo o ideário ‘socialista’ que diz defender”, incentivando todos os profissionais de Informação a iniciarem uma campanha tendo em vista a imediata revogação da lei¹⁰. Em 1975 é ainda aprovado o alargamento do Contrato Coletivo de Trabalho aos jornalistas desportivos, que, até então, se encontravam desprovidos de regulamentação desse tipo (PORTUGAL, 1975b).

Finalmente, refira-se o papel do Sindicato dos Jornalistas nesse contexto. As preocupações das primeiras assembleias gerais do Sindicato após o 25 de Abril têm, essencialmente, que ver com o saneamento de indivíduos ligados ao regime deposto; com o controlo dos jornalistas relativamente às “condições e qualidade do seu trabalho, direção e orientação de todos os órgãos de informação”, sendo, para isso, criados Conselhos de Redação com poderes deliberativos e autónomos dos das direções; a garantia do direito à greve; o avanço no projeto de estatutos do Sindicato ou a preparação de um novo regime legal para a Imprensa (RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPrensa, 1979, p. 27). É, entretanto, alargada a participação no Sindicato a

¹⁰ Comunicado n° 9, 29 de agosto de 1975. Arquivo do Sindicato dos Jornalistas. Pasta 299 - Informações, Comunicados jan.73 a fev.77.





jornalistas da imprensa não diária, da rádio, da televisão e dos jornais de atualidades cinematográficas.

Vivia-se, de facto, no movimento sindical um “tempo de expectativa, porque existia a fundada convicção de que se estava num daqueles períodos em que tudo podia, repentinamente, mudar” (BRITO; RODRIGUES, 2013, p. 123) e os trabalhadores alcançarem novas e melhores condições de trabalho. Multiplicam-se as assembleias muito participadas, muitas vezes tensas e agitadas, com discussões acesas e radicalizadas, que resultaram em comunicados de Imprensa, não raras vezes, duros relativamente às várias forças político-militares em presença, nomeadamente aos Ministros da Comunicação Social. Em paralelo, prepara-se uma reestruturação do Sindicato, tendo em vista a “defesa de uma estrutura orgânica que impeça qualquer tendência para o sindicalismo de cúpula e que proporcione, portanto, poder efetivo aos órgãos e base” (ASSEMBLEIA..., 1975, p. 10).

A direção do Sindicato altera-se em agosto de 1975 e, menos de um mês depois, os novos estatutos do SJ são, finalmente, aprovados, introduzindo algumas novidades importantes. Desde logo, ao assinalar que “os jornalistas devem fazer da sua atividade profissão única”. Depois, eliminam categoriais profissionais como as de repórter e de redator, substituindo-as pela de jornalista. Finalmente, definem-se novos requisitos para admissão de sócios ao órgão sindical:

- a) ter mais de 18 anos;
 - b) possuir como habilitação mínima a escolaridade obrigatória, enquanto não existirem diplomados por uma escola oficial de jornalismo;
 - c) Não ter pertencido, a partir dos 18 anos de idade, à UN/ANP, PIDE/DGS, Brigada Naval, Legião Portuguesa, FAC e demais organizações fascistas (...);
 - d) Declarar que o exercício da profissão de jornalista será a sua profissão única remunerada;
 - e) Não ser proprietário do meio de produção onde exerce a atividade, ressalvando-se os casos de autogestão e cooperativismo [...]
- (PUBLICADOS..., 1975, p. 8).

A mobilização dos trabalhadores em lutas por melhores condições laborais ou pela defesa daquilo que acreditavam ser o caminho político que o país deveria seguir marcou o sector da comunicação social entre 1974 e 1975, acompanhando o que sucedia noutros setores da sociedade portuguesa. Também as alterações na estrutura do SJ inseriam-se no movimento sindical em curso no verão de 1975 e que arredou do domínio comunista muitos e importantes Sindicatos. Outros partidos, como o Partido



Socialista e o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), ganham peso no movimento sindical, que “estava a modificar-se de uma forma contínua e consistente, abrindo caminho para alternativas que, meses antes, não se poderiam vislumbrar” (BRITO; RODRIGUES, 2013, p. 125).

Considerações finais

Ao olharmos, embora de forma necessariamente sintética, para as principais características do jornalismo praticado na revolução, a ideia sucessivamente invocada é a de que estava longe de ser neutro, estando, pelo contrário, empenhado no curso dos acontecimentos. As páginas dos jornais anunciavam golpes e contragolpes em preparação e boatos diversos, não raras vezes sem fontes que os sustentassem efetivamente. Era, como alguns referem, um jornalismo “revolucionário” e “militante”, no sentido em que pretendia agitar, mobilizar e, em muitos casos, fazer política.

No que diz respeito à situação profissional dos jornalistas no processo revolucionário, há a mencionar que a conquista mais relevante fora preparada ainda em 1973. Trata-se do Contrato Coletivo de Trabalho aprovado em novembro de 1974, que significou aumentos salariais como até então não se havia visto. Como podemos verificar, os jornais estatizados praticaram valores muito acima desse CCT. As lutas e reivindicações dos trabalhadores resultaram ainda em muitas outras conquistas em termos de horas de trabalho, folgas, dias de férias, pagamento de horas extras, etc. É, portanto, evidente que também na Imprensa houve conquistas significativas em termos laborais nesse período. Estendiam-se também a tipógrafos, revisores, gráficos, entre outros. Algumas dessas melhorias de condições laborais saíram de discussões de plenários de trabalhadores, votadas com braço no ar, sendo, depois, exigidas ao patronato.

O jornalista que ingressa, nesse período, nas redações de jornais fá-lo essencialmente por via da “militância política”. As redações vão crescer nesses anos; entram mais mulheres, embora continuem em número muito reduzido; aumenta a escolaridade dos jornalistas, diminuindo a média de idades de 1974 para 1975. Em síntese, parece ficar claro que o sector da Imprensa acompanha, efetivamente, a tendência reivindicativa e de lutas de trabalhadores por mais e melhores condições laborais, que marca, indiscutivelmente, o processo revolucionário português.

Referências:

ABREU, Dinis. O 25 de Novembro e os *media*. In: BARRETO, *et al.* (Org.). **O 25 de Novembro e a democratização portuguesa**. Lisboa: Gradiva, 2016, p. 275-281.

ASSEMBLEIA Geral de Jornalistas. **O Primeiro de Janeiro**, Porto, p. 10, 31 de janeiro de 1975.

AVILLEZ, Maria João. O fim da revolução. In: BARRETO, António, *et al.* (Org.). **O 25 de Novembro e a democratização portuguesa**. Lisboa: Gradiva, 2016, p. 269-274.

BAPTISTA, Carla. **Apogeu, morte e ressurreição da política nos jornais portugueses**. Lisboa: Escritório Editora, 2012.

BAPTISTA, Carla; CORREIA, Fernando. **Jornalistas: do ofício à profissão**. Mudanças no jornalismo português (1956-1968). Lisboa: Caminho, 2007.

BARBOSA, Marialva. O que a história pode legar aos estudos de jornalismo. **Contracampo**, Niterói, n.12, p. 51-62, 1º. sem. 2005.

BASE DE DADOS PORTUGAL CONTEMPORÂNEO-PORDATA. Salário mínimo nacional. [S.d.]. Disponível em: <<https://www.pordata.pt/Portugal/Sal%20m%20nacional>-74-7892>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRITO, J. M. Brandão de; RODRIGUES, Cristina. **A UGT na história do movimento sindical português, 1970-90**. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.

CABRERA, Ana. **Marcello Caetano: poder e Imprensa**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

CÁDIMA, Francisco Rui. Os “media” na revolução (1974-1976). In: BRITO, J. M. Brandão de (Coord.). **O país em revolução**. Lisboa: Editorial Notícias, 2001, p. 321-358.

FIGUEIRA, João. **Os jornais como actores políticos**. O *Diário de Notícias*, *Expresso* e *Jornal Novo* no verão quente de 1975. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007.

FRANÇA, Elisabete; MARQUES, Guiomar Belo. O acesso à profissão de jornalista. In: **I Congresso dos Jornalistas: conclusões, teses, documentos**. Lisboa: Secretariado da Comissão Executiva do ICJP, 1982, p. 237-241.

GARCIA, José Luís (Org.). **Estudos sobre os jornalistas portugueses**. Metamorfoses e encruzilhadas no limiar do século XXI. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2009.

GOMES, Pedro Marques. **Os saneamentos políticos no *Diário de Notícias* no verão quente de 1975**. Lisboa: Alêtheia Editores, 2014.

_____. **Jornais, jornalistas e poder: a Imprensa que nasce na revolução e as lutas políticas de 1975**. 2018. 380 f. Tese (Doutoramento em História Contemporânea) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-NOVA, Lisboa, 2018.

LIMA, Helena. **Os diários portuenses e os desafios da actualidade na Imprensa: tradição e rupturas**. 2008. 532 f. Tese (Doutoramento em História) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.

MESQUITA, Mário. O caso *República* ou o símbolo destruído. **Cadernos de Imprensa**. Lisboa, Clube Português de Imprensa, 1987.

_____. Estratégias liberais e dirigistas na comunicação social de 1974-1975 da comissão *ad hoc* à Lei de Imprensa. **Revista de Comunicação e Linguagens**, Lisboa, n. 8, 1988, p. 85-113.

_____. Os meios de comunicação social. In: REIS, António (Dir.). **Portugal 20 Anos de democracia**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 361-405.

PATRIARCA, Fátima. A revolução e a questão social: que justiça social?. In: ROSAS, Fernando (Org.). **Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)**. Lisboa: Edições Colibri, 1999, p. 137-160.

PINA, Sara. **A deontologia dos jornalistas portugueses**. Coimbra: Minerva Coimbra, 1997.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho. Boletim nº 4, 29 de janeiro de 1975. Lisboa, 1975b.

PORTUGAL. Ministério do Trabalho. Decreto-lei nº 372-A/75, de 16 de julho de 1975. **Diário do Governo** nº 162/1975, 1º. suplemento, Série I de 16 de julho de 1975. 1975a, não paginado. Disponível em: <<https://dre.tretas.org/dre/14419/decreto-lei-372-A-75-de-16-de-julho>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

PUBLICADOS os estatutos do Sindicato dos Jornalistas. **O Primeiro de Janeiro**, Porto, p. 8, 4 de setembro de 1975.

REBELO, José (Org.). **Ser jornalista em Portugal – perfis sociológicos**. Lisboa: Gradiva, 2011.

RELATÓRIO DO CONSELHO DE IMPRENSA. **A Imprensa escrita em Portugal (abril de 1974 a julho de 1975)**. Lisboa. 1979.

REZOLA, Maria Inácia. **Os militares na Revolução de Abril**. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

RIBEIRO, Nelson. **A Rádio Renascença e o 25 de Abril**. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2002.

SILVEIRA, Joel da. **A construção do sistema informativo em Portugal no séc. XX**. Lisboa: Colibri, 2011.

SOBREIRA, Rosa. **Os jornalistas portugueses 1933-1974**. Uma profissão em



construção. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

SUÁREZ, Miguel. **Contra a exploração capitalista**. Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução portuguesa (1974-1975). 2008. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas-NOVA, Lisboa, 2008.

TRABALHADORES da Imprensa exigem a publicação do CCT. **Diário de Lisboa**, Lisboa, p. 11, 10 abr. 1975.

Submetido em: 05.05.2018

Aprovado em: 16.12.2018